Uma analise sobre sistema de freios e Contrapesos no Poder Judiciário.

Autor(res)

Cleidimar Silva Franca Rezende
Eduardo Dos Santos Silva

Categoria do Trabalho

1

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA (LEME/PIRASSUNUNGA)

Introdução

Os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário possuem atribuições próprias, que são aquelas específicas e determinadas a cada esfera de poder, a quem cabe exercê-las com exclusividade. Também possui atribuições constitucionalmente instituídas, que legitimam um determinado poder a exercer as funções próprias a outra esfera de poder. Trata-se também de uma prescrição constitucional conhecida como o sistema de freios e contrapesos, que consiste na prática de delimitação de um poder por outro. O poder executivo vai executar e administrar ,o Legislativo atua na elaboração de leis e o Judiciario tem a atribuição de julgar oque ele considera ou não inconstitucional.O problema da questão recai sobre o poder Judiciário, uma vez ele sendo oque julgar ser oque é certo no direiro a luz da Constituição Federal de 1988, sua interferencia causa grandes consequencias se usado de forma inadequada . Essa interface entre dois mundos dá à interpretação constitucional uma inexorável dimensão política.

Objetivo

O objetivo desse trabalho é debater sobre os Limites do poder Judiário no cenário do Direito como um todo , Discutir os suas competências legais e as consequências de um cenário onde a justiça não atua de forma imparcial

Material e Métodos

A metodologia utilizada embasada nesse artigo científico se amolda em entendimentos e opiniões de profissionais e professores dessa área do direito , e também em buscas em tribunais como TJDF ,STJ e na própria constituição federal . De acordo com vários especialistas desse assuntos , o Poder Judiciário no Brasil estaria em desequilíbrio na tripartição dos poderes . De tal modo, que podemos citar Marcos Aurélio Mendes de Farias Mello GOMM ,ex; ministro do Supremo tribunal federal .Segundo fontes , ele estaria em desacordo com certas atitudes do tomadas no poder judiciário por meio de decisões e atitude do STF .

Resultados e Discussão

A tripartição dos poderes visa evitar o desequilíbrio que as responsabidade do direito dadas a uma nação ocorra , de tal modo que os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário são uma peça fundamental para a construção de ordenamento jurídico brasileiro , sem eles não sería viavel manter um ordenamento jurídico justo . Contudo , deve

ser ter cuidado com as responsabidades que indiretamente e dada ao poder Judiciário , uma vez que por ter uma concentração de deveres em sua posse ele pode ocasionar em uma ruptura de seus ideias legalmente investidos a ele .

Conclusão

Estabelecer limites para a atuação do Poder Judiciário, que muitas vezes exige de seus membros o exercício criativo de aplicar o direito ao caso concreto, não é tarefa fácil além de ser deveras complexa , e como nem sempre encontra-se o fato perfeitamente descrito na norma, por vezes é necessário que os magistrados recorram a princípios e demais fontes e entendimentos do direito para solucionar os problemas que chegam aos tribunais de maneira correta de acordo com a Constituição Federal de 1988 e suas premissas.

Referências

- Para pesquisas foi usado entendimentos do Superio Tribunal de Justiça ;
- Para estudo sobre o assunto foi utilizado Tribunal de Justiça do Distrito Federal e territorios ;
-JusBrasil;
- Canal : Me julga cintia brunelli.